

A ditadura militar e a questão agrária no Araguaia-Tocantins: algumas reflexões

*Moisés Pereira da Silva**

Resumo:

Esse trabalho constitui um esforço analítico sobre as práticas do estado autoritário e de como essas práticas, que eram violentas, atingiram os camponeses da Amazônia, em especial o Araguaia-Tocantins, onde se deu a Guerrilha do Araguaia. Procura demonstrar como a questão agrária, deslocando-se gradativamente do campo social para o da segurança nacional, torna-se objeto de controle do estado, recrudescendo-se, dessa forma, a repressão militar sobre os camponeses.

Palavras-chave:

Violência; camponeses; Guerrilha do Araguaia; ditadura militar.

The military dictatorship and the agrarian question in Araguaia-Tocantins: some reflections

Abstract:

The work tries to tackle the violent practices of the authoritarian state against peasants after the coup of 1964. These practices affected the peasants in Amazon, especially those from the area where the Araguaia Guerrilla was in action against military dictatorship. The paper seeks to demonstrate how the agrarian question, gradually removed from the social and political field into the national security agenda, became a subject of state control and thus of repression of peasant movement by military apparatus.

Key words:

Violence; peasants; dictatorship; Araguaia Guerrilla.

* Professor da Universidade Estadual de Goiás.

Araguaia e Tocantins são dois rios importantes para os povos da Amazônia e para muitos outros brasileiros fora da região. Junto com suas águas, e com o humo com que a chuva lhes alimenta, correm também, às vezes mansas e às vezes violentas, as trajetórias dos povos camponeses cujas vidas, em alguns momentos, são tão desassossegadas quanto as cheias de Araguaia e Tocantins. E é a aproximação entre esses dois rios que nomeia uma região que, embora vasta, tem uma história que – seja pela fertilidade da terra apropriada pelo trabalho camponês, seja pela violência capitalista que busca prostituir a terra, ou pela violência do estado que apoia o projeto capitalista – possui características comuns.

Faz-se necessário desde já, por uma questão metodológica, explicitar o que se entende, nessa discussão, por camponês. O camponês, no Brasil, é, sobretudo, um sujeito que se insere numa prática coletiva. No Araguaia-Tocantins, também chamado de posseiro, o camponês é aquele que ocupa pequenas unidades de produção trabalhadas a partir da mão de obra familiar. Não é, no entanto, a posse que caracteriza o campesinato, mas o seu poder, com ou sem mediadores, de articulação e mobilização que configura o sentido de classe que lhe é próprio. Nesse sentido, a posse, terra de trabalho (MARTINS, 1991) se distingue da propriedade, terra de negócio, porque, enquanto a primeira se realiza pelo uso, a segunda ocorre com a documentação, que, por sua vez, sujeita a terra à especulação agrária. É no enfrentamento da contradição entre a propriedade, quase sempre capitalista e expropriadora, e a posse para o trabalho que se define melhor a identidade camponesa no Araguaia-Tocantins.

Levando-se em conta os estudos da geografia agrária, de modo especial os trabalhos de Klass Woortmann, campesinidade¹ significa uma qualidade comum a diferentes grupos específicos, presente em maior ou menor grau em distintos lugares e tempos. Para o autor, “não encontramos então camponeses puros, mas uma campesinidade em graus distintos de articulação ambígua com a modernidade” (1990, p. 14). Shepard Forman (1979, p. 26), em seu trabalho *Camponeses: sua participação no Brasil*, também expõe a pluralidade do movimento camponês atribuída, segundo ele, a fatores ecológicos e históricos. É nesse contexto que se entende o camponês. E essa é a melhor definição em referência aos povos ribeirinhos, aos grupos em luta por seu pedaço de chão, ao sujeito coletivo nos mutirões, nas festas, nas emboscadas, nas alegrias e nas dores no Araguaia-Tocantins.

Aos que se dedicam ao estudo da questão agrária no Brasil, Araguaia-Tocantins remete também à Comissão Pastoral da Terra (CPT), com sua regional local que, como não poderia deixar de ser, foi uma das maiores expressões, enquanto organismo de defesa do direito dos camponeses ao uso da terra, no enfrentamento da investida capitalista sobre a terra na Amazônia, à custa das grandes obras públicas, como abertura de estradas, e os incentivos fiscais. O próprio nascimento da CPT, considerando as denúncias de Dom Pedro Casaldáliga², esteve ligado à realidade do Araguaia-Tocantins.

José de Souza Martins, que assessorou os agentes fundadores da CPT e que influenciou e foi influenciado pela visão de mundo desses agentes³, ao estudar a violência no campo na região do Bico do Papagaio, que integra o Araguaia-Tocantins, demonstrou que, na primeira metade da década de 1980, enquanto o Brasil cantava a abertura política e a Campanha pelas Diretas tomava fôlego, no Bico do Papagaio a violência, encampada pelo estado, acirrava-se de tal modo que a criação do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (Getat) e do Grupo Executivo do Baixo Amazonas (Gebam) representou a militarização da questão agrária na Amazônia (MARTINS, 1984). A criação do Getat, como órgão que instrumentalizou a questão agrária, transferindo-a para a esfera militar, representava, nesse sentido, o pacto político dos militares, pelo menos na região do Araguaia-Tocantins, com o latifúndio e o pacto da nova democracia que se pensava no Brasil, subserviente aos interesses do capital agrário latifundiário e expropriador.

Para Martins, como tantos outros intelectuais que se debruçaram sobre essa questão, sem tal noção de projeto e de dependência do governo em relação às oligarquias rurais – uma constante em nossa história – não se podem captar as nuances da prática política repressiva, inclusive depois da ditadura, como foi o caso demonstrado pela criação de Getat e Gebam, que se abateu sobre os camponeses do Araguaia-Tocantins e sobre os agentes da CPT do Araguaia-Tocantins de que padre Josimo Moraes Tavares é exemplo.

O processo de endurecimento do controle do estado sobre os camponeses do Araguaia-Tocantins em tempos de “abertura” só pode ser entendido retrocedendo um pouco no tempo para construirmos um quadro da situação destes camponeses no contexto geral da política do estado ditador para a Amazônia.

1 Na visão de Woortemann, o campesinato possui uma ordem moral que se opõe às sociedades modernas regidas por uma ordem econômica centrada no indivíduo e no mercado.

2 Dom Pedro Casaldáliga, em documentos escritos entre 1970 e 1972, denunciava a violência no campo a partir da expropriação e das práticas de trabalho escravo. Essas denúncias, pela importância do denunciante, e consequente alcance da sua voz, demarcou uma postura da Igreja Católica da Amazônia frente aos problemas sociais no campo e esse foi o ponto de partida para a criação da CPT.

3 O que pode ser muito bem ilustrado pela noção de propriedade e uso da terra, que nos documentos da CPT, como nos trabalhos de Martins, são discutidos a partir do trocadilho “terra de trabalho e terra de negócio”.

A Amazônia foi depósito de gente sempre que a situação, em outras partes do país, o exigiu. E essa exigência tem seus primórdios em tempos bem remotos. Em momentos diferentes o migrante que chegava à Amazônia era quase sempre o nordestino fugindo do abandono político a que o estado o submetia e acossado pelas contingências ambientais desfavoráveis. A existência desse povo era uma contradição ambulante. Da sua miséria forjou-se a realidade da migração que constituiu fenômeno para a expansão do capital na Amazônia, no tempo do extrativismo (LIMA, 1994, p. 108), quando “abarrotavam-se, às carreiras, os vapores, com aqueles fardos agigantados consignados à morte. (...) o que equivalia a expatriá-los dentro da própria pátria. (...) Os banidos levavam a missão dolorosíssima e única de desaparecerem” (CUNHA, 2010, pp. 48-9).

A Amazônia anteriormente às grandes obras de devassamento era, no entanto, ocupada pela lógica do trabalho camponês e, em especial no Araguaia-Tocantins, o conflito agrário era diminuto porque a terra só tinha valor de uso e aqueles que a usavam eram numericamente insignificantes em relação à vastidão de terras utilizáveis e “de ninguém”. Até a primeira metade do século XX a lógica de ocupação das terras na Amazônia obedecia a ciclos da economia local. Findo determinado ciclo, a população migrante se dispersava novamente. Ianni (1978) demonstra, a título de exemplo, que em Conceição do Araguaia, Sul do Pará, depois do ciclo da borracha, no curto período entre 1912 e 1919, a população que em 1920 era de mais de 11 mil habitantes decaiu, em 1940, para pouco mais de 4 mil habitantes.

A lógica da migração, incentivada pelo estado principalmente na década de 1970, teve características muito específicas que podem explicar por que os camponeses tornaram-se perigosos, e por isso objeto de violência da ditadura militar. Primeiro, é preciso considerar o fato de que, na medida em que se providenciava a transferência de pessoas do Nordeste, do Sul, Sudeste e até do Centro-Oeste para a Amazônia, aliviavam-se nestes lugares as tensões sociais provocadas por uma estrutura social desumana e, ao mesmo tempo, desarticulavam-se, nas regiões de origem, movimentos sociais reivindicatórios há muito tempo organizados. Tratava-se da implementação de estratégias de desarticulação de luta já disseminada que era preciso frear e a tradição evidencia que a melhor forma de desarticular um movimento, quando seus líderes permanecem vivos, é silenciá-los por meio do degredo.

Martins nos lembra que:

a luta pela terra crescera nos anos [19]50, com as revoltas camponesas do Sudoeste do Paraná, a da Região de Porecatu, no mesmo estado, e a da Região de Trombas, em Goiás, sem contar a ampla e rápida disseminação das Ligas Camponesas, sobretudo no Nordeste. Os focos de conflito surgiram em várias regiões, mesmo no industrializado estado de São Paulo. Mas foi em Minas Gerais, um estado tradicionalmente oligárquico, de política fortemente clientelística, que um desses focos de conflito, em Governador Valadares, serviu de estopim para o golpe militar⁴ (1989, p. 47).

Tratou-se, portanto, de um deslocamento espacial do problema agrário realizado pelo estado cujo objetivo mais imediato era sufocar as lutas por terra que expressavam a ampla demanda por reforma agrária que remontava às décadas de 1950 e 1960 (MEDEIROS, 2003, p. 14). Para Martins, esta situação, incômoda para as elites rurais nordestinas, resultou de um refluxo do capital rural que, expulsando os lavradores de terras antes utilizadas na forma de “favor” (1989, p. 23), rompeu com a ordem moral que equilibrava essa relação clientelística, suscitando, por consequência, as possibilidades de luta pela terra. Se o “favor” simbolizava uma concessão, a atitude de quem era atingido por essa benesse não poderia deixar de ser uma “obrigação moral” em relação ao seu protetor, o que resultava em mecanismos de “dominação pessoal” (MARTINS, 1989, p. 23). Da mesma forma, na medida em que esta relação é quebrada pela expulsão da terra, desfazem-se os bloqueios morais que impediam a sublevação.

É nesse contexto que, no Nordeste, as lutas vão sendo travadas como forma de resistência à expropriação das terras. E é como forma de esvaziá-las que o governo militar incentivou as migrações de nordestinos para a Amazônia. Essa tática reconduz à cena histórica uma estratégia quase esquecida, mas que, no passado, havia sido amplamente utilizada pelos governos brasileiros: o desterro.

O desterro é uma pena terrível muito aplicada àqueles “criminosos” cuja permanência na região em que cometeram os “delitos sociais” podia ser motivação para que outros agissem inspirados em seu exemplo. Além disso, havia o perigo de que, pela permanência no lugar, mesmo que preso, seu mal contagiasse o ambiente e, de alguma forma, a trama pudesse ter sequência por algum tipo de contato deste “criminoso” com outros sujeitos suscetíveis aos mesmos “crimes”. O desterro era, em resumo, uma espécie de amputação a que se recorria com vistas a evitar a contaminação dos demais membros do corpo social.

Durante o período colonial essa amputação era uma pena a que estavam suscetíveis apenas os líderes dos movimentos revoltosos. Durante o governo militar ela foi estendida a outras parcelas menos significantes da população brasileira, em geral, nordestina, e do Sul em particular. Nesse caso, consideraram-se não apenas as

4 Esse enfoque foi mais bem desenvolvido em *Os camponeses e a política no Brasil* (MARTINS, 1983), em que fica patente a ideia de golpe militar enquanto golpe contra o movimento camponês.

situações de conflito constatado, mas também as potenciais possibilidades de conflito resultantes da própria situação social a que estavam submetidos os grupos objeto da política de desterro. Quando se oferece terra abundante a quem não tem nenhuma e possibilidade de fartura a quem está faminto minimiza-se a importância de quaisquer outros elementos, como a fragmentação do grupo familiar, da classe e das relações orgânicas de um modo geral. Esta foi a estratégia do governo militar. Por trás da ideia de terra sem homens para homens sem terra⁵ escondia-se o verdadeiro objetivo de deslocamento dos homens sem terra de suas regiões sob oculo pretexto de desarticulação de suas organizações e formas de luta.

Depois, temos de avaliar que, de forma muito pragmática, a migração que era incentivada sob os auspícios de uma reforma agrária em andamento, e para a qual havia até legislação, visou à formação de um contingente de mão de obra para o capital agrário mantido por meio dos incentivos fiscais. Para Peñarrocha, a política econômica do governo militar buscou “incentivar as atividades agrícolas destinadas aos mercados regional, nacional e internacional, com o intuito de diminuir na região a preponderância das atividades extrativas e da agricultura de subsistência” (PEÑARROCHA, 1998, p. 64). Num quadro mais amplo visava à integração econômica da Amazônia aos mercados produtores do Centro-Sul e seu melhor enquadramento na economia de exportação. Era preciso modernizar a Amazônia. Era preciso torná-la produtiva. Tal produção, porém, passava pela aposta que o estado fez na grande empresa agrícola, razão dos empreendimentos financiados com recursos públicos.

Essa grande empresa precisava de mão de obra, e esta se tornou farta a partir de uma política de incentivo às migrações nordestinas. Foi a construção discursiva do governo da *terra sem homens para homens sem terra* que possibilitou à grande empresa a disponibilidade de mão de obra a baixo custo, porque em muitos casos escrava, de que ela precisava. Além disso, a reforma agrária do governo constituiu-se, no tocante à aplicação dos mecanismos legais, num instrumento de incentivo à grilagem (ALDIGHERI, 2003, pp. 47-8), assim, não sendo outra coisa senão uma contrarreforma agrária. Deste processo participavam os agentes públicos que, em alguns casos, eram eles próprios grileiros interessados nos processos, enquanto também se faziam representantes do estado, como é o caso do ex-juiz de Araguaína, João Batista de Castro Neto⁶ (KOTSCHO, 1980, p. 36).

Isso tudo não aconteceu por acaso. Estava dentro da lógica de desenvolvimento econômico do governo militar, que não deixava espaço para formas refratárias de produção e cujo esforço de metamorfose do uso da terra culminou com a criação do Getat, expressão maior da militarização da questão agrária no Brasil (MARTINS, 1984) e recurso último de um autoritarismo que pretendia frear, à força, o movimento em defesa da reforma agrária. Ao mesmo tempo, transpunha a questão para um debate que lhe era alheio, ou seja, a intervenção nos conflitos agrários como forma de garantir a segurança interna do país (HOUTZAGER, 2004; IANNI, 1979) – verdadeira obsessão do estado que, por isso, permitiu a sobreposição da ordem privada sobre a pública.

A partir dessa posição é possível entender a violência que se abateu sobre os camponeses do Araguaia. O problema é que esta violência é pensada a partir do campo, em algumas pesquisas, mas dificilmente conseguem os pesquisadores relacionarem-na à própria ditadura militar. Mas, tomando a Guerrilha do Araguaia como análise, pode-se perceber que, para o estado, as próprias formas de organização dos camponeses para resistirem à expropriação, mesmo no período de abertura do regime, foi, sobretudo no caso dos camponeses de São Geraldo do Araguaia, tomada como subversão política.

Então, o projeto do governo, como é consenso entre os pesquisadores, era integrar a Amazônia à economia nacional. José de Souza Martins (1997; 1991) deu um passo importante à frente ao demonstrar que esta integração econômica só podia, na ótica do estado, realizar-se sob uma via, a da empresa agrícola, a quem esse estado deu plenos poderes para tal. Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1989; 1991), por sua vez, aponta que o projeto de integração, em que pese o discurso protecionista que o sustentava, não só entregou a Amazônia ao capital, mas a entregou ao capital estrangeiro. Ao paradoxo aparente acrescenta-se, com propriedade, a pesquisa de René Armand Dreifuss (1981), para quem a política do estado militar foi orientada pela própria lógica de ascensão dos militares ao poder, a da racionalidade tecnoburocrática de integração econômica da economia brasileira aos quadros da economia global, como uma premissa para a grandeza da nação. Nesse sentido, o golpe militar de 1964 foi uma vitória da organização dos intelectuais orgânicos do capital. A mesma elite militar que promoveu o alinhamento de

5 Essa ideia fundamenta a política do governo Médici que, em visita ao Nordeste, num tom de comoção, torna a Amazônia, pretensamente sem homens, objeto dos anseios dos homens sem terra daquela região. Para além disso, dentro das políticas de incentivo às migrações, inclusive migrações em outras regiões, a ideia do movimento parece ser a mesma, da existência de um vazio na Amazônia que podia ser preenchido. Para os camponeses esse vazio é humano, o que, muitas vezes, resultará em confronto com tribos indígenas; para os latifundiários e empresários, o vazio, além de humana, era de presença a ser preenchida pelo capital ausente.

6 Há nos arquivos da CPT, Regional Araguaia-Tocantins, bem como nos arquivos do jornal *O popular*, de Goiânia, vasta documentação dando conta da ação desse juiz que, entre outras, é acusado de ser grileiro e de proferir sentenças em desfavor de pessoas as quais ele sequer podia saber quem eram. Ou seja, não se procedia sequer à identificação dos acusados e, em nome de pessoas fictícias, ele estendia a sentença para o alcance de dezenas de posseiros que não tinham nada com o processo em julgamento.

grupos importantes da sociedade brasileira, dentro da noção de fronteira ideológica, e que por estes pressupostos criaram as condições para o golpe, construíram também uma noção de estado, de sociedade e de desenvolvimento com características bem específicas. O estado forte passou a contar com a contribuição do segmento social mais apto, a elite, para promover o desenvolvimento nacional que, antes de qualquer outra coisa, significava o ingresso do Brasil no quadro das nações modernas.

Em nenhum caso o pequeno produtor é o ponto de partida para se pensar a economia. Em momento algum o estado acreditou nessa possibilidade. O pequeno agricultor só não é um corpo estranho para a política econômica do estado brasileiro porque tem um papel duplo, de mão de obra e, ao mesmo tempo, de entrave. Os investimentos precisam de segurança. E desenvolvimento seguro implica a eliminação das reivindicações camponesas, razão por que a violência ostensiva passa a ter um caráter institucionalizado, de direito. É na medida em que o ambiente dos grandes investimentos precisa ser seguro que a repressão contra os camponeses torna-se legítima, dado que põem em risco estes investimentos.

Assim, sobretudo a partir do início da década de 1970, a repressão caiu sobre o camponês. A Guerrilha do Araguaia foi um momento marcante neste processo. É ilusão acreditar que a violência contra o camponês, por ocasião da Guerrilha e depois dela, foi um efeito colateral da ação guerrilheira. Não se pode, também, ignorar os sentidos e o medo entre os militares de uma guerrilha rural no Brasil. Cuba causava suas ressonâncias aqui. É por isso mesmo que os dois fenômenos, em que pese a inabilidade dos agentes do PC do B em arregimentar os camponeses numa situação em que todas as condições eram propícias, devem ser pensados conjuntamente.

Havia guerrilheiros que eram agentes políticos infiltrados nas matas para fazer, a partir do meio rural, a revolução que também devia ser urbana, que transformaria o Brasil, forjando de uma realidade de opressão o seu oposto. E havia camponeses, que não eram políticos partidários, mas que também eram políticos e lutavam por um mundo mais justo em que, de posse de um pedaço de terra, pelo seu trabalho, produzissem tudo o que aquela realidade lhes negava: alimentação, respeito, sossego. Tanto um quanto o outro foram concebidos como inimigos do estado, e como tal foram presos, mutilados e mortos.

Para Martins, “a política do estado sobre a reforma agrária, principalmente na Amazônia, foi influenciada pela Guerrilha do Araguaia” (1984, p. 63). O pesquisador se refere à forma como o governo atuou nos conflitos de terra na região, com violenta repressão na maioria dos casos, dentro do contínuo da teoria de fronteira ideológica (DREIFUSS, 1981). E é também nesse sentido que se entende a repressão à mediação, como ocorreu no *caso dos padres do Araguaia*⁷. Foi a partir do momento em que se desencadeou a perseguição aos guerrilheiros do Araguaia que a política do estado em relação à reforma agrária tornou-se mais sombria, e os incentivos fiscais, mais comuns.

Permaneceu na Amazônia, mesmo depois de mortos os agentes do PC do B, a alimentação do contínuo da Guerrilha. Os padres do Araguaia foram presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. A acusação era a de incitarem os camponeses. Os agentes da CPT se tornaram objeto de uma perseguição sistemática e o caso de padre Josimo⁸ ilustra muito bem como, mesmo depois de finda a ditadura militar, a ideia de que havia no campo uma propensão à revolução era preocupação de primeira ordem no meio militar.

Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto, ao falar da memória social da Guerrilha do Araguaia, menciona também a *Guerra que veio depois*, também chamada por populares da região de “a segunda guerra”. Seu estudo indica uma sensação de contínuo da guerra pelo sentido que ela teve para o povo. Embora o trabalho não faça uma análise dos significados da guerrilha para o povo, os dados apresentados nos permitem concluir que a força da violência da repressão sobre os guerrilheiros não esmaeceu os projetos e a coragem dos camponeses nos anos subsequentes, pelo contrário, pelas reincidentes denúncias às autoridades de ressurgimento da guerrilha, é possível que o sacrifício dos agentes do PC do B tenha frutificado.

Ricardo Kotscho (1982) relata a peregrinação de seu Saturnino, um homem que foi 22 vezes a Brasília, na primeira metade da década de 1980, para falar com o presidente da República, porque acreditava que ele podia resolver os problemas de terra na região. Rivaldo Chinem (1983), que acompanhou, como jornalista, o julgamento dos padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou, revelou a resistência camponesa frente aos desmandos das autoridades locais, que protegiam os fazendeiros em suas arbitrariedades contra os camponeses. Na área identificada como Cabral, próxima a São Geraldo do Araguaia, entre 1977 e 1978, quase cem posseiros armados, depois de emboscar um fazendeiro, recusaram a presença da política militar e resistiram até a mediação da CPT, que os convenceu a desarmarem-se.

Não havia nestas lutas camponesas a pretensão de uma sociedade comunista. O que prevalecia era o ideal revolucionário da criação de uma nova sociedade, livre da injustiça e da violência de classe até então imposta como

7 Francisco Gouriou e Aristides Camio, presos, foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional e condenados a dez e 15 anos de prisão. Alguns meses depois o julgamento foi anulado e os dois religiosos deixaram o país.

8 Agente da CPT, regional Araguaia-Tocantins, morto com dois tiros nas costas em meados de 1986 a mando de um consórcio de fazendeiros, políticos e autoridades regionais de Goiás, hoje Tocantins.

cotidianidade. Mas tanto durante a Guerrilha do Araguaia como depois dela, o camponês foi vítima da violência do estado militar. No Araguaia, durante a repressão à Guerrilha, muitos camponeses foram presos, torturados e mortos. Conheci, durante pesquisa de campo⁹, pessoas que ainda guardam, no corpo mutilado, as marcas da violência militar durante a década de 1970 na região do Araguaia. Além da memória coletiva sobre o “*tempo da guerra*”, como expressam algumas pessoas, há, entre os muitos que preferem o silêncio, contínuo do medo, aqueles dispostos a relatar a experiência da violência, da impotência e da incerteza.

Dezenas de vítimas jazem na escuridão das suas memórias silenciadas, esquecidas pelo estado que, apesar de disposto a pagar milhares de reais às vítimas da classe média alta, ignora por completo a existência e os direitos dos camponeses do Araguaia. Não há interesse do estado em reconhecer os camponeses do Araguaia-Tocantins como vítimas da ditadura militar.

Conheci o caso de Lauro¹⁰, morador do Assentamento Araras, no município de São João do Araguaia. Ele chegou a perder metade do braço na explosão de uma granada do Exército. Lauro faz parte da Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia, organização de camponeses que tentam manter uma memória viva sobre o conflito e, ao mesmo tempo, buscam o reconhecimento do sofrimento que passaram e alguma indenização pelas perdas. Mas poucos se interessam por esta história. O estado os ignora.

Entre os poucos agentes promotores de debate sobre a memória desse momento histórico a interessar-se pela história da violência sofrida pelos camponeses, merece destaque o trabalho dirigido por Vandré Fernandes (2010). O documentário *Camponeses do Araguaia: a guerrilha vista por dentro* dá importante contribuição para o entendimento dos significados da Guerrilha do Araguaia e, por consequência, das práticas do estado autoritário, da ótica dos próprios camponeses. Nesse trabalho, além da construção de uma narrativa sobre a violência, os camponeses demonstram, com muita clareza, a herança do conflito para a região. Famílias despedaçadas pela tortura e pelo assassinato de entes queridos que o Exército levou; pessoas que jamais conseguiram retomar a vida que tinham, os inutilizados. Essa é uma das heranças. Mas o povo, com uma nova visão sobre o próprio estado, encarnação do mal por aquilo que praticou, aprendeu também a organizar-se e reagir a esse mal.

Assim, para Peixoto:

Logo após a guerrilha, já em 1976, intensificaram-se muito as ocupações de terra na região. E os conflitos e assassinatos também. Quase mil trabalhadores foram assassinados desde 1975. Lideranças sindicais, padres, freiras, advogados, todos os que se envolveram e apoiaram a luta camponesa foram perseguidos. (...) Alguns antigos moradores da região chamam de “a segunda guerra” o prolongado estado de sítio imposto pela ditadura, com a supressão da liberdade de reunião e associação. Pior, o que se seguiu atentou contra a integridade pessoal de camponeses, moradores e lideranças sociais, inclusive religiosos ligados à Teologia da Libertação. (2011, pp. 486-9)

A guerra que veio depois significa, de certo modo, a certeza de que os espíritos não se quebraram. O povo do Araguaia-Tocantins continuou, e ainda continua, sofrendo. Mas também continua lutando. As escolhas do nosso estado ainda parecem ser as mesmas, a aposta nas elites agrárias, o pouco caso do sofrimento quando ele atinge os camponeses e, pelo nada que faz para minimizar a violência do grande contra o pequeno, a preferência por esse grande. A lógica desenvolvimentista que norteou as políticas do estado na região no período da ditadura não é tão diferente da lógica do estado que, relegando os mais pobres ao abandono, continua bancando grandes projetos, como o hidrelétrico em Belo Monte, enquanto ignora a miséria do despossuído, ou ainda mais o despossuído.

À guisa de conclusão, é importante observar que na Amazônia, e muito particularmente na parte da Amazônia na qual se insere o Araguaia-Tocantins, o grande problema ainda é a concentração de terras. E tem-se notado que a violência agrária nestas regiões, seja pela omissão do estado, seja pela forma como o estado atua, não recua. Em 1998 a *Folha de S. Paulo* noticiou que, dos 225 mortos em disputa pela terra no Pará, apenas um mandante havia sido condenado, mas continuava solto. Mais recentemente, em 2013, o acusado de ser o mandante do assassinato da freira Dorothy Stang, José Rodrigues, foi absolvido e o recurso do Ministério Público segue até o momento sem julgamento.

Diante destas circunstâncias, a discussão sobre a violência no campo torna-se absolutamente válida. Não se trata apenas do direito ao uso da terra, mas do próprio reconhecimento do Outro, o camponês, na sua dignidade humana. O direito à memória, direito à indenização e às nossas condolências não pode recair apenas nas figuras ilustres. A nossa história não pode, na prática, contribuir para o reestabelecimento daquele modelo que os revolucionários da historiografia parecem ter destruído, ou no mínimo destronado.

9 Realizei, entre 2009 e 2010, pesquisa de campo sobre a violência no campo no Araguaia-Tocantins. Recentemente, em 2013, retornei à região para pesquisar, ainda, a violência agrária e as práticas de trabalho escravo na região.

10 São João do Araguaia, entrevista de fevereiro de 2011.

Referências bibliográficas

- ALDIGHIERI, Mário. *Josimo: a terra, a vida*. São Paulo: Loyola, 1993.
- CASALDÁLIGA, Pedro. *Escravidão e feudalismo no Norte do Mato Grosso*. São Félix do Araguaia: CNBB, 1970.
- _____. *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. São Félix do Araguaia: Carta Pastoral, 1972.
- CHINEM, Rivaldo. *Sentença: padres e posseiros do Araguaia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CUNHA, Euclides. *À margem da história*. Belém: Unama, 2010. Disponível em: <<http://www.meuebook.com.br/e-books-gratis/vale-a-pena-ler-grandes-temas-classicos-livro-digital/a-margem-da-historia-euclides-da-cunha.html>>, acessado em 17 set. 2012.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERNANDES, Vandrê. *Camponeses do Araguaia: a guerrilha vista por dentro*. Rio de Janeiro: 2010. Documentário. Oka Comunicações/Fundação Maurício Grabois.
- FORMAN, Shepard. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GONDIM, Abnor. Pará é o maior foco de impunidade no campo. *Folha de S. Paulo*, 12 abr. 1987.
- HOUTZAGER, P. Peter. *Os últimos cidadãos: conflitos e modernização no Brasil rural (1964-1995)*. São Paulo: Globo, 2004.
- IANNI, Octavio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- _____. *Colonização e contrarreforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- KOTSCHO, Ricardo. *O massacre dos posseiros: conflitos de terra no Araguaia-Tocantins*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LIMA, Mário José de. *Capitalismo e extrativismo: a formação da região acreana*. 1994. Tese (Doutorado) apresentada à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- _____. *A militarização da questão agrária no Brasil: terra e poder – o problema da terra na crise política*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. *Caminhando no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1989.

_____. *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1991.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 6, n. 3, pp. 479-499, set./dez. 2011.

PEÑARROCHA, Pedro Petit. *Territórios, política e economia: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. 1998. Tese (Doutorado) apresentada à Universidade de São Paulo, São Paulo.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negocia”: o campesinato como ordem moral. Brasília, *Anuário Antropológico*, n. 87, pp. 11-73, 1990.